



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Governo da RAEM tem sempre afirmado que vai transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer e se esforçar por proteger a sua imagem e os direitos dos consumidores, com vista a permitir que os residentes façam compras sem nenhuma preocupação. Contudo, ouviu-se, recentemente, notícias sobre a presença de artigos contrafeitos no mercado e, no dia 10 do mês passado, os Serviços de Alfândega descobriram em três lojas, situadas na zona Central e na freguesia de Santo António, 162 latas de Panax ginseng coreano falso, e os referidos serviços referiram que estas latas já tinham sido postas à venda desde 2012, não se sabendo quantas penetraram no mercado. No início deste ano, os Serviços de Alfândega e a Polícia de Segurança Pública também descobriram vários casos de artigos contrafeitos, os quais envolveram telemóveis iPhone, relógios e óleo de medicina tradicional. Todos estes casos não só prejudicam os direitos dos consumidores, assim como a imagem turística da cidade.

Actualmente, existem serviços públicos para regular a importação, venda, protecção da propriedade intelectual e direitos dos consumidores, tais como, os Serviços de Alfândega, o Conselho de Consumidores e a Direcção dos Serviços de Economia, etc. Ao olharmos para o referido caso de venda de Panax ginseng falso, verificamos que esta infracção já subsiste há mais de dois anos. Porque é que as autoridades não conseguiram descobri-la mais cedo? Como é que esses produtos falsos foram importados? O mais absurdo é que uma das lojas envolvidas foi qualificada como loja certificada, ora, questionamos assim se a eficácia dos mecanismos de fiscalização criados pelo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Governo não será mera aparência.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo alguns residentes, muitos artigos contrafeitos têm sido introduzidos no território através do contrabando “formigueiro”, com vista à fuga da verificação dos elementos da alfândega. Segundo o relatório das LAG, para o efeito de combater esse tipo de contrabando, os Serviços de Alfândega iam dotar-se de equipamento móvel de raios X, que permitisse uma fiscalização mais eficiente das cargas que atravessam a fronteira. Assim, qual a eficácia destas medidas? Já conseguiram interceptar artigos contrafeitos? Para impedir a penetração de artigos contrafeitos no território, como é que os serviços competentes podem reforçar as tarefas da fiscalização?
2. O Departamento da Propriedade Intelectual dos Serviços de Alfândega compreende a Divisão de Inspecção da Propriedade Intelectual, à qual compete desenvolver as acções necessárias à prevenção, combate e repressão de ilícitos no domínio da protecção da propriedade intelectual, visando, designadamente, o reforço da lealdade da concorrência e o combate à contrafacção. Estão ainda definidas políticas como reforçar a avaliação de riscos e a troca de informações com as regiões vizinhas, estabelecer contactos estreitos com os proprietários dos direitos de autor e com as outras entidades do governo, aprofundar o conhecimento profissional do pessoal de execução da lei relativo à protecção dos direitos da propriedade intelectual e estabelecer uma linha aberta 24 horas para a queixa e denúncia sobre a violação dos direitos da propriedade intelectual, entre outras nove políticas. Estas nove políticas já surtem os seus devidos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

efeitos? Porque é que as referidas infracções subsistem há dois anos? Quanto à venda dos artigos contrafeitos, que tende a tornar-se cada vez mais frequente, o Governo deve proceder, por sua iniciativa, à sua verificação, criando um mecanismo regular de fiscalização. Vai fazer isto?

3. O Conselho de Consumidores definiu normas que vinculam todas as lojas por si qualificadas, estipulando que as lojas certificadas não vendem produtos falsificados ou de má qualidade. As lojas certificadas necessitam anualmente de ser alvo de avaliações, incluindo avaliação regular, avaliação aleatória e avaliação realizada por profissionais a fingir que são clientes. Estas lojas só podem voltar a ser certificadas desde que passem todas estas avaliações. Olhando para os referidos casos, existem algumas falhas de cumprimento de funções por parte do Conselho de Consumidores? Como é que este organismo vai reforçar a avaliação e fiscalização, em relação às lojas certificadas?

4 de Novembro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Chan Meng Kam